**Multiscalar city-making and emplacement**

*Çağlar, Ayşe & Glick Schiller, Nina (2018) Migrants and City-Making. Dispossession, Displacement, and Urban Regeneration, Durham and London: Duke University Press.*

Luma Mundin Costa

Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Sociologia da USP

lumamundin@usp.br

Em 2018, a antropóloga Ayşe Çağlar, professora do departamento de Social and cultural anthropology da Universidade de Viena, e a antropóloga Nina Glick Schiller, professora do Cosmopolitan cultural institute da Universidade de Manchester, publicaram um livro resultante de uma pesquisa comparativa de longo prazo sobre migração e regeneração urbana nas cidades médias Mardin (Turquia), Manchester (Estados Unidos) e Halle (Alemanha).

O livro *Migrants and City-Making: Dispossession, Displacement, and Urban Regeneration* é composto por cinco capítulos além da introdução e da conclusão. A introdução, parte do livro que será aqui analisada, intitulada Multiscalar city-making and emplacement, discute os conceitos e métodos que norteiam a pesquisa e a análise dos resultados. Delineia-se, na parte introdutória do livro, o objetivo que percorrem: explorar a relação entre os projetos de regeneração urbana com diferentes níveis de poder político, econômico e cultural e o cotidiano e práticas de cidadania social nas “cidades desempoderadas”. O que as antropólogas denominam de cidades desempoderadas representam aquelas que “responderam às pressões da reestruturação urbana neoliberal, mas entraram na competição com uma determinada configuração de ativos limitados” (CAGLAR; GLICK SCHILLER, 2018, p. 13, tradução livre).

Nesse sentido, ainda mais por se tratar de uma pesquisa de longo prazo (2000-2016), o cenário sob o qual o fazer-cidade é analisado tem extrema importância. As autoras situam as políticas de regeneração e renovação urbana a partir da economia global neoliberal – uma economia que estabelece laços em diferentes escalas, inclusive as transnacionais, e privilegia a cidade como os espaços de desenvolvimento. Essa visão da cidade, nesse contexto global, produziu discursos de cidades como soluções e metrópoles como produtoras de riquezas e formas revolucionárias de governança que ditaram tendencias de urbanização. Para analisar os projetos replicáveis de renovação atrativos para os líderes políticos urbanos, o texto faz uma revisita aos estudos críticos de políticas. Faz-se menção aos autores clássicos da mobilidade de políticas – Peck, Theodore, Gonzalez, entre outros – que fizeram importantes contribuições sobre as cidades e as formulações de políticas urbanas em contextos que envolvem a ativação de redes em diferentes escalas. Escalas essas que não são analisadas de forma fixa e progressiva, que considera o bairro, a cidade, o estado e, por fim, o Estado-nação hierarquicamente.

Com esse posicionamento, as autoras diferenciam sua abordagem em relação a certas metodologias, especialmente o nacionalismo metodológico. Essa metodologia dispõe uma lente intelectual que define o conceito de sociedade a partir das fronteiras do Estado-nação. Para as autoras, essa noção leva a limitadas interpretações sobre as relações sociais, e é possível aproximar sua crítica com o que John Urry (2007), no seu artigo Sociologia Móvel, nos aponta sobre uma sociologia sedentária que propagava a ideia de que as relações sociais mais relevantes para a disciplina eram circunscritas dentro de limites territoriais nacionais. Fica especialmente evidente, ao abordar contextos migratórios, que o nacionalismo metodológico supõe que haja uma coesão social dada por uma cultura homogênea e por uma solidariedade própria entre os “nativos”. Assim, formam-se “lentes étnicas” que guiam as análises para dualidades entre “migrantes” e “não-migrantes”, considerando os primeiros como isolados da sociedade. Enfrentando as dicotomias que essa metodologia estabelece, as autoras compreendem migrantes como “atores sociais que são parte integrante do fazer-cidade, pois participam da vida cotidiana das cidades de diferentes e variadas formas” (CAGLAR; GLICK SCHILLER, 2018, p. 5, tradução livre).

A proposta de Ayse e Glick Shiller, então, é trabalhar via uma análise multiescalar (*multiscalar analysis*) que compreenda os atores urbanos dentro das diferentes redes de poder. A noção de “escala” explorada na análise das autoras é relacional ao considerar que o local, regional, nacional e global são mutualmente construídos, e que as formas de poder são múltiplas e espacialmente articuladas. As escalas representam os diferentes alcances que os atores urbanos têm e seu acesso a poder, conectados a redes que promovem controles desiguais de capital. “Escala” se diferencia de “nível”, nesse sentido, porque não entende as hierarquias de forma fixa:

(...) rastreamos os processos sociais à medida que são constituídos, observando suas interconexões por meio de redes institucionalizadas e informais de poder econômico, político e cultural diferenciado (Glick Schiller 2012a, 2015b; Çağlar e Glick Schiller 2011). Usamos o termo “multiescalar” como uma abreviação para falar de esferas socioespaciais de prática constituídas em relação umas às outras e dentro de várias hierarquias de redes de poder (Ibdem, p. 8; tradução livre)

Para examinar os processos sociais da maneira como eles são construídos, as autoras trabalham com variedade de fontes de dados e variedade de técnicas: observação participante etnográfica, entrevistas em profundidade e análises de documentos. Dialogaram com líderes políticos urbanos e membros de organizações da sociedade civil voltadas para minorias e migrantes, o que permitiu vislumbrar qual a narrativa oficial sobre a urbanização e quais os resultados que foram para além dessa narrativa. Conforme descrito na introdução, a análise se guiou, através dessas técnicas, pelas duplas de conceitos-chave *displacement* e *emplacement*, e contemporaneidade e conjuntura histórica. *Displacement* se refere às formas de acumulação de capital através da privação ao acesso das pessoas a vários meios sociais de subsistência e *emplacement* se refere a agência de pessoas marginalizadas pelas análises teóricas e pelas políticas, nesse caso os migrantes, para construção da vida entre redes multiescalares, incluindo as formas de reivindicação à cidadania social e justiça. As autoras enfatizam a importância de definir a conjuntura contemporânea para compreender as formas de acumulação de capital através de configurações de governança, discursos, identidades, mobilidades e ativismos localizados em períodos e espaços particulares.

Organizo a maneira com a qual esse texto me inspira a encarar meu objeto de pesquisa em três frentes: como analisar a cidade, como analisar as políticas, e como analisar a ligação entre cidade, política e sistema global. O problema de pesquisa delimitado no meu projeto de mestrado é a questão “como best practices se tornaram políticas do urbano para o combate ao coronavírus, especificamente a política de lockdown, no contexto da cidade de São Paulo entre 2020 e 2022?”. Na primeira frente, entendo como relevante para analisar a cidade a noção que as autoras provocam ao longo do texto: a cidade, inserida em uma economia global neoliberal, deve ser lida como um espaço que concentra redes multiescalares. Nesse sentido, a cidade de São Paulo, ainda que seja unidade de estudo, não deve ser unidade de análise, já que as cidades não são espaços autoconstituídos.

O contexto da cidade de São Paulo e seu cotidiano, considerando a visão das autoras, só pode ser compreendido através de uma análise multiescalar que situe os atores urbanos dentro das várias redes de poder que cruzam esse espaço – um equilíbrio entre uma análise estrutural da globalização e do neoliberalismo e uma análise isolada e descritiva da vida cotidiana. Com isso, apesar de as autoras se diferenciarem da etnografia multissituada, por fazerem uma leitura da metodologia com ênfase no movimento do pesquisador e na multiplicidade de locais analisados, entendo as propostas de formas similares já que o próprio George Marcus sugere a etnografia estrategicamente situada e a ênfase de ambas se dá em estabelecer as conexões e traçar uma unidade analítica entre espaços dispersos.

O desafio para os pesquisadores de sociabilidades urbanas é desenvolver uma estrutura analítica que trace conexões entre a forma como os residentes da cidade respondem ao seu acesso diferenciado ao poder, à posição de sua cidade em campos de jogo regionais e globais e às suas relações com a reestruturação e o reposicionamento contínuos dos locais do bairro onde constroem suas vidas (Ibdem, p. 12, tradução livre)

Assim, entende-se que as sociabilidades que emergem na cidade se fazem por meio de e moldadas por essas redes. É importante, assim como as autoras fazem, enquadrar o tipo de cidade analisada em meio as agendas globais – cidade-global, megacidade, cidade desempoderada, metrópole do capital de rede? Determinar em qual dessas chaves analíticas São Paulo se encaixava melhor é a base para entender de que maneira os atores que a compunham acessavam poder nos “jogos regionais e globais”. A partir desse exercício, posso compreender a maneira com a qual a adoção da política de lockdown (uma *best practice*) como forma de combate ao coronavírus moldou as possibilidades de ação coletiva organizadas pela sociedade civil em torno das crises geradas e agravadas pela pandemia.

Na segunda frente – como analisar a política, o texto me orienta no enfrentamento da adaptação das políticas de circulação global ao contexto paulistano. Tomando como base que nas últimas décadas “há evidências de que os modelos de políticas prescritivas estão circulando com maior velocidade, auxiliados pelas novas tecnologias de comunicação e por um quadro crescente de defensores de políticas cosmopolitas” (PECK; THEODORE, 2010, p. 172), não seria possível analisar as políticas de combate ao coronavírus desconsiderando as recomendações de órgãos internacionais e os múltiplos “casos de sucesso” ou “casos de fracassos” de outras cidades ao redor do mundo que serviam como ferramentas de aprendizagem para formulação de políticas. No entanto, é necessário considerar que as políticas que circulam não são apenas transferidas ou replicadas, esse fluxo não é linear e não leva a necessariamente a uma homogeneidade de governanças sem fronteiras e de um fluxo globalizado de políticas, como Peck e Theodore (2010) argumentam. O que as antropólogas destacam na revisão sobre estudos críticos de políticas é a noção de tradução, que entende que essas políticas, por mais que sejam formuladas para padronização, são organizadas localmente através do entrelaçamento conjuntural do poder diferencial das forças locais e dos atores nacionais e internacionais mais amplos (CAGLAR; GLICK SCHILLER, 2018, p. 7).

Para compreender, portanto, o processo de “tradução” das políticas de resposta ao coronavírus, pretendo entender 1) a conjuntura política de São Paulo nesse contexto de crise – os duelos com o governo federal, os discursos apropriados pelos governos estaduais e municipais que estavam trabalhando em sintonia, o grau de independência que essas esferas tinham uma das outras; e 2) o regime de bem-estar que era mobilizado localmente – tomando a concepção de Razavi (2007) sobre o tema, que considera um sistema de provisão que envolve Estado, mercado, família e comunidade, e vislumbrar em qual a configuração que as políticas de resposta foram assimiladas no contexto analisado. Assim, será possível delinear a base sobre a qual os atores urbanos se envolveram na implementação das políticas de lockdown, sejam os políticos de várias esferas, ou a sociedade civil (considerada aqui como a quarta ponta do regime de bem-estar, parte da “comunidade”).

Por fim, na terceira frente, me inspiro com essa produção para entender de que forma estão conectados o cotidiano e o sistema global. O elo entre a cidade e as políticas que circulam globalmente pode ser lido através das noções de cidadania e fazer-cidade. No estudo de Ayse e Glick Shiller, dá-se um foco à agência dos migrantes na urbanização neoliberal, entendendo como as práticas de displacement e emplacement constroem sociabilidades na cidade e promovem novas formas de ação política que buscam cidadania social (2018, p. 13). Assim, inspirada também nas ideias de cidadania infraestrutural desenvolvidas por Mimi Sheller (2023) – em que a busca por direitos sociais se dá por meios alternativos de criação de infraestrutura, por vezes improvisados, em contexto de negligência estatal e marginalização – procurarei analisar de que maneira as ações de solidariedade durante a pandemia foram uma maneira de fazer-cidade e prover infraestruturas em favor e a partir de sujeitos marginalizados na urbanização, como partes fundamentais da adaptação das políticas de resposta a pandemia que circularam globalmente.

**Referências bibliográficas:**

CAGLAR, A. S.; GLICK SCHILLER, N. **Migrants & city-making: dispossession, displacement, and urban regeneration**. Durham, NC London: Duke University Press, 2018.

PECK, J.; THEODORE, N. Mobilizing policy: Models, methods, and mutations. **Geoforum**, v. 41, n. 2, p. 169–174, mar. 2010.

RAZAVI, S. **The Political and Social Economy of Care in a Development Context: Conceptual Issues, Research Questions and Policy Options**. [s.l.] United Nations Research Institute for Social Development, 2007.

SHELLER, M. Infrastructural Reparations: Reimagining Reparative Justice in Haiti and Puerto Rico. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, v. 11, n. 28, p. 148–178, 26 out. 2023.